



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Ética, educação escolar e letramento: uma leitura aristotélica

Por: Mery Helen Rosa¹
meryhelenrosa@gmail.com

Resumo

No contexto atual, a coletividade e o bem comum, elementos que eram básicos para a vida na pólis grega, necessitam ser resgatados e resignificados em face do crescente individualismo, competitividade e automatizações que permeiam a vida social nas cidades. Partindo dessa premissa, o presente artigo apóia-se em um estudo bibliográfico que faz um apanhado geral sobre a sociedade grega no sentido de elucidar aspectos centrais que deram forma a organização desta por meio da pólis. Verticaliza a discussão tendo respaldo no pensamento aristotélico orientado pela ética, a partir de enfoques que implicam contribuições dos gregos nos rumos e direcionamentos da vida na cidade. São evidenciadas também associações do referido pensamento com o que se pode realizar em termos de educação escolar, especialmente no universo do letramento, de modo a possibilitar processos formativos dos alunos envolvidos por perspectivas éticas. No decurso do estudo, foi possível perceber que a consideração dos valores, princípios, da cultura em geral no campo das práticas de letramento, no espaço escolar, traz para a cena elementos éticos assentados em relações intersubjetivas, a partir de conjunturas abstratas.

Palavras-chave: Ensino; Eventos de letramento; Práticas de letramento; Cultura

Resumo

En la nuna kunteksto, la komunumo kaj la komuna bono, elementoj kiuj estis baza al vivo en greka polis, bezonas esti elliberigita kaj resignifanta en la vizaĝo de kreskanta individuismo, konkuremo kaj aŭtomacio kiun tremlapas la socian vivon en urboj. De ĉi tiu premiso ĉi artikolo baziĝas pri bibliografiaj studo kiu faras superrigardon de la greka socio por klarigas aspektojn najlante ke estas modelado tiu organizo tra polis. Diskuto vertikalas kun apogo en aristotela penso, gvidita de etikode aliroj kiuj engaĝas kontribuoj de la grekoj en la direktoj kaj gvidlinioj de viva urbo. Ankaŭ estas evidentecianta asocioj de tiu penso kun kio ĉu povas sukcesi en eduka terminoj, speciale, en la universa literilanto, ebligita formadajn procesojn de la gestudentojn implikitaj per etikaj perspektivoj. Dum studo, ĝi malkaŝis ke la valora konsideroj, principoj, ĝenerala kulturo en la

¹ É mestrandia em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG, regional da cidade de Catalão/ GO, atuando na Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Políticas Educacionais e Inclusão, é especialista em Alfabetização e Psicopedagogia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, regional de Ipameri-Goiás, é especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira, na cidade de Ipameri-Goiás e é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, regional de Catalão/ GO.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

literilanta praktikoj, en lernejo ĝi alportas al etikaj elementoj sidas en interhomaj rilatoj, de abstraktaj situacioj.

Ŝlosilvortoj: Instruado; Literilanta okaza oj; Literilanta praktikoj; Kulturo.

ĵ

Abtract

The author did not prepare your resume. We're sorry!

Introdução

A busca de compreensão sobre o pensamento aristotélico no campo da ética implica discutir sobre questões que permearam o mundo grego, ao serem criadas a racionalidade e a vida coletiva. Assim, Aristóteles partiu da realidade grega para refletir com mais rigor este mundo e o pensamento humano, sendo importante destacar que a ética e a política sob a ótica dos gregos estão interligadas, uma está difundida na outra, haja vista que a ética é inseparável da política. A linha mestra do pensamento deste filósofo está sedimentada no fato de que a pessoa tem seu ser no viver, no sentir e na razão que caracterizam a especificidade do homem. É um viver racionalmente conforme a razão que carece da vida virtuosa (VALLS, 1994).

Cumpramos destacar que os gregos, em virtude da insatisfação com explicações dadas pela tradição que movia a sociedade, começam a questionar e buscar respostas para seus questionamentos. Neste sentido, eles compreenderam que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos naturais e situações presentes na natureza, bem como o mundo dos seres humanos e suas ações podiam ser pensados por meio da razão humana (FRENANDES; JUNIOR, s.d.). Frente a isso, com a abolição do Rei divino, que era o soberano da realeza micênica, tem-se segundo Vernant (2002) a derrocada do sistema micênico com repercussões no homem grego que passa a contar com universo espiritual diferente e a presenciar transformações de atitudes psicológicas. As origens do pensamento grego, neste contexto, estão relacionadas a inovações que para o autor são: a instituição da cidade e o nascimento do pensamento racional.

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

As cidades-Estados que formavam a Grécia, designadas como *pólis*, independentes e autônomas entre si conforme diz Barros (1998) são os cidadãos. Vernant (2002) argumenta que no cenário grego, céu e terra, deuses, homens se ligam entre si em comunidade, tendo respaldo na amizade, ordenação, moderação, justiça. Para tanto, a cidade constitui um conjunto organizado, um *kósmos* que se torna harmonioso quando cada um de seus componentes está no seu espaço e tem o poder que lhe cabe em decorrência da sua própria virtude.

A organização do *kósmos* é permeada pela lei que na Grécia das *poleis*, segundo Barros (1998), elucida o passaporte da liberdade. Na referida conjuntura, a autora destaca que estão as leis comuns dos homens e dos gregos, as práticas e os costumes, as leis escritas ou não, particulares ou universais que diziam respeito à natureza das coisas ou fruto de aspecto social. Considera-se a lei como questão basilar nesta ótica ordenada e ordenadora tanto do mundo quanto da cidade, de um *kósmos* orientado pela lei e que corresponde à natureza toda. Vale lembrar que a cidade não é somente para viver, porém é justificada na medida em que proporciona uma vida do bem (ARISTÓTELES, 1998).

Desse modo, para os gregos o ser é mais importante que o conhecer, haja vista que os seres humanos se tornam melhores ao praticarem o bem pela coletividade da *pólis*, lançando mão da ética, respeito, bem comum, dentre outros a fim de torná-los pessoas melhores, excelentes, virtuosas. O bem viver pode ser considerado uma vida virtuosa sustentado no equilíbrio e ponderação no trato a assuntos coletivos da *pólis*.

Na *pólis*, a palavra expressa instrumento político por excelência, desencadeando toda autoridade no Estado a partir de um poder que exercia comando e domínio com relação a outrem para fins de debate contraditório, discussão, argumentação. Nesta perspectiva percorrida por Vernant (2002), as ações fundavam-se no pensamento e permitiam compreensões assentadas em permanente exercício da cidadania na busca do bem de todos, do coletivo, da vida pública. Era por meio da palavra que os gregos podiam pensar, raciocinar,



refletir, ponderar, criticar, isto é, submeter suas idéias e valores ao tribunal da razão a partir do que é verdadeiro e virtuoso.

No pensamento grego aristotélico a cidade é resultante “da associação de várias aldeias” (ARISTÓTELES, introdução, 1998, p. 20). Nestes termos, a *pólis* tem caráter natural expresso por uma família ampliada, na medida em que constitui no agrupamento de aldeias que reúnem núcleos familiares (VERNANT, 2002). Esta estruturação corresponde a uma criação espiritual autenticamente grega “fecunda pela constituição de teorias do Estado e da Sociedade” realçando um legado importante: a prática da democracia (BARROS, 1998, p. 1). Tal situação evidencia a relação entre *pólis* e política e juntamente com isso tem-se a figura do cidadão (*polites*) em cumprimento a simbolização e expressão desta relação.

Percebe-se, de acordo com o argumento de Barros (1998), que a *pólis* não é pertença de um homem ou de um grupo de homens, porém se configura como um bem de todos. É explicitada na democracia grega a afirmação da igualdade de todos os homens adultos em face das leis e o direito de todos quanto à participação direta no seu governo. A referida diretividade assegurava a todos, exceto mulheres, escravos, crianças, velhos e estrangeiros, a participação no governo, tendo o direito de discutir, exprimir e defender publicamente suas opiniões acerca das decisões que a cidade precisava tomar, por meio da figura política do cidadão (FERNANDES; JUNIOR, s.d.).

Em termos políticos, na Grécia, os cidadãos são concebidos por Vernant (2002) como unidades permutáveis no seio de um sistema respaldado pela lei que é o equilíbrio e onde impera como norma a igualdade. Endossa o autor que, no pensamento grego, o homem não está separado do cidadão e a reflexão é considerada privilégio dos homens livres no exercício da sua razão, a qual permite agir sobre homens, e dos seus direitos cívicos. O homem é sobremaneira a sua liberdade em prática política por meio da participação em honras cívicas e cumprimento a leis da *pólis* (BARROS, 1998). O verdadeiro homem que tem ação política se esforça para trabalhá-la, já que almeja fazer



dos cidadãos bons e obedientes à lei, a partir da excelência da alma humana (ARISTÓTELES, I, 7, 1102 a 5-15, 2009, p. 37). Diante disso, para Matos (2008, p. 76) o pensamento condiz com “a existência em comum de cidadãos no espaço da cidade”, sendo importante ressaltar que os gregos não pensavam o outro como diferente de si, mas como o outro dentro de si, em razão da possibilidade do humano.

Ante as considerações até aqui delineadas, na Grécia, toda *pólis* é educadora, correspondendo a projeto de cidadania (BARROS, 1998). Por educação entende-se a formação da conduta virtuosa, intitulada de *paideía* que é uma atividade que embasada na amizade (*philia*) transcende a dimensão da sabedoria contemplativa, ao expandir-se em amor pelos homens e também pela humanidade (MATOS, 2008).

Concepção aristotélica: categorias basilares para o entendimento da ética

Na dimensão da ética, cabe reunir algumas categorias que são basilares para o entendimento da vida pública na Grécia a partir da concepção aristotélica. Dessa forma, amizade, felicidade, justiça, hábito, virtude, prudência, deliberação, dentre outros constituíram pilares que sustentaram a discussão da ética no contexto abordado.

Pensada pela primeira vez por Aristóteles, a lógica do verdadeiro (VERNANT, 2002) é posta em reflexão a partir de entendimentos no campo da ética. As apreensões do autor revelam a possibilidade de criar condições para que as pessoas tornem melhores para agir por meio do pensar, ao compreenderem com mais rigor o mundo e o pensamento humano com o propósito de se ter condições de serem melhores, excelentes, virtuosas, com grandeza de alma que dignifica a humanidade de todos. Assim, Aristóteles foi responsável por criar a lógica como instrumento do conhecimento empregado em diferentes campos do saber (FERNANDES; JUNIOR, s.d.). Em seu trabalho intelectual, Aristóteles organizou coleção de depoimentos a respeito da vida dos seres humanos e das distintas cidades gregas em um esforço analítico e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

comparativo ao analisar mais de cem constituições (VALLS, 1994).

Ressalta-se que sendo um ser de cultura, o homem cria, transforma e compreende o mundo natural e das pessoas ao dar-lhe sentido a partir da transmissão de ideias, costumes, valores, práticas, já que é “um ser de relações que sente, imagina, pensa e age” (OLIVEIRA, 2009, p. 165). O homem para Aristóteles é político. Assim, a ética é o seu maior bem enquanto a prática política é constituída no exercício do esforço comum, convivência em prol do bem maior que é elucidado pela grandeza da *pólis* (GUIMARÃES, 2009). Nota-se que esta grandeza precisa evidenciar o desejo elevado dos indivíduos que a constituem. Para tanto, a ética de Aristóteles é a revelação da potência em ato que está disposta a ir ao encontro do bem comum, da felicidade pública (BOTO, 2002). Como a ética suscita vida ativa que é característica da própria condição do homem, a pessoa atua como se ético frente aos outros, havendo a possibilidade de ser ético na convivência. Cabe enfatizar que é na esfera pública e coletiva que é possível a expressão da virtude.

É oportuno sublinhar que a ética é esfera do político e inseparável da vida coletiva. Sua essência é ser política e desta inseparável. A política, neste caso, corresponde a um modo de vida que mais converge à condição humana (BOTO, 2002). Para se ter ações apoiadas na ética é necessário as pessoas agirem de acordo com o que é melhor para o coletivo. Da consciência coletiva emerge a racionalidade, a ética, esta que se constitui uma espécie de segunda natureza que passa a fazer parte da pessoa e da sua vida. A justiça ou coragem compõem a ética, tornando uma segunda natureza, uma maneira de ser expressa na moral altiva e temperante como medida sabia (MATOS, 2008).

Sublinha-se que Aristóteles destacou a amizade como uma convivência íntima, agradável e, por conseguinte, benéfica, com viabilidade de tornar a vida humana bela e boa, digna de ser vivida. Em face disso, Rocha (2006) endossa que o filósofo enfatizou a amizade em seus escritos referentes à ética, considerando que a verdadeira amizade era uma autêntica virtude do ponto de vista grego, além de ter importante papel na vida da *pólis*, ao ter valor



e dignidade de virtude política. A amizade nos dizeres de Boto (2002, p. 10) tende manter as cidade unidas, e dessa maneira, os legisladores têm mais preocupação com ela em comparação a justiça. Pode-se dizer, a partir desta afirmação da autora, que a concórdia assemelha-se à amizade e os legisladores buscam assegurá-la, simultaneamente negam o faccionismo que expressa inimizade nas cidades. As pessoas sendo amigas não se torna necessária a justiça, e sendo justas precisam de amizade, haja vista que “a mais autêntica forma de justiça é uma disposição amistosa”.

Na ótica aristotélica, a amizade é vista como excelência, ao ser o que de mais necessário existe para a vida. Com os amigos as pessoas são capazes de pensar e agir melhor e, por esta razão, a amizade parece manter unidas as comunidades nos Estados. Neste sentido, há mais preocupação dos legisladores com a amizade do que com a justiça ao objetivarem a concórdia, similar à amizade, portanto entre os justos é necessária a amizade (ARISTÓTELES, VIII, 1, 1155 a 15-27, 2009, p. 174-175).

Há que ressaltar ser a justiça apoiada em critérios que diferem em diferentes regimes, através de acepções de justiça distintas. Além disso, a justiça é relativa às pessoas, sendo uma justa distribuição desta a que os valores relativos das coisas condizem aos das pessoas que as recebem (ARISTÓTELES, introdução, 1998). Em geral, ela refere-se a caráter por meio do qual os homens agem justamente, no anseio pelo justo. É assim, uma excelência completa na relação estabelecida com o outro, sendo a mais poderosa das excelências (ARISTÓTELES, V, 1, 1129 b 30, 2009, p. 105). Na concepção aristotélica tem-se como justo quem observa a lei e respeita a igualdade, por outro lado a transgressão da lei gera o desrespeito com relação a igualdade. Da síntese das virtudes, na relação com o outro, depende a justiça.

Louvando a justiça como primeira virtude da vida política, Aristóteles sugeriu que a comunidade precisando de acordo prático no que se refere a um conceito de justiça também necessita da base fundamental para a comunidade política. Tal entendimento veio ressaltar a virtude como disposição ou sentimento



que produz nos homens a obediência a certas normas, sendo estas pré-requisito para o acordo no que concerne a natureza e o teor de dada virtude (BOTO, 2002).

Para Rocha (2006), a virtude no entendimento de Aristóteles corresponde a uma disposição interior, costume ou hábito que aprimora os homens, ao tornarem-nos capazes de promover ações geralmente de maneira excelente. Nas palavras deste autor, os hábitos que possibilitavam as pessoas terem um estilo próprio de vida poderiam ser tomados como finalidade da ética, na expressão do homem virtuoso, excelente, a partir das virtudes do belo e do bem. As virtudes do comportamento são traduzidas no hábito (BOTO, 2002). Por virtude Valls (1994) entende um hábito adquirido, voluntário, deliberado, que compreende um justo meio de relação entre as pessoas, em comparação a determinações do bom juízo de um varão prudente e sensato quando julga de acordo com a reta razão e também a experiência. O referido autor discorre, ainda, que Aristóteles leva em conta a vontade humana, a deliberação e o esforço em prol dos bons hábitos. Assim, afirma que o ser humano necessita converter suas melhores disposições naturais em hábitos, segundo a razão, ao se ter as virtudes intelectuais.

Em linhas gerais, há duas formas de virtude para a ética. Uma se constitui por disposição teórica referente à parte mais racional da alma que abarca o pensamento reflexivo e a outra por disposição ética que se liga a ações, conhecimentos e práticas, que permeiam ponderações, escolhas, equilíbrio, sensatez, dentre outros. A teórica forma e desenvolve-se geralmente no ensino suscitando experiência e tempo, já a ética composta de uma disposição permanente do caráter é resultante de um processo de habituação (ARISTÓTELES, II, 1, 1103 a 14-20, 2009, p. 40). Em termos de vida coletiva e individualmente, o hábito é entendido por Aristóteles com o grande princípio que regula a ação (BOTO, 2002).

A virtude aristotélica compreende uma prática, sendo inexistente a possibilidade de um aprendizado suficiente e eficaz a fim de garantir ação



virtuosa. É a forma plena de excelência moral, disposição de caráter que é elucidada na idéia de uma razão reta em termos de conduta, não percebida em seres incompletos (crianças). Diante disso, o exercício da virtude suscitaria conhecer, julgar, ponderar, calcular, deliberar, discernir situação determinada (BOTO, 2002).

No enfoque aristotélico, afirma-se que sendo a comunidade um regime político, a virtude do cidadão deve ser fundamentalmente referente ao regime. Há que se levar em consideração também que as modalidades de regime são diferenciadas, em decorrência disso não existe uma única virtude perfeita do bom cidadão, haja vista que cada um precisa cumprir bem o ofício a que lhe é incumbido, estando na realização da função a virtude. Em outras palavras, a virtude do bom cidadão requer que pertença a todos, por ser esta a condição essencial para a cidade ser melhor (ARISTÓTELES, III, 1276b 29-41; 1277 a 1-5, 1998, p. 197).

Importa escrever que a felicidade verdadeira é conquistada por meio da virtude (VALLS, 1994). Vista como certa atividade em exercício conforme a excelência tem o sentido da felicidade (ARISTÓTELES, I, 8, 1098 b 31-33, 2009, p. 29). Para Boto (2002) a ideia aristotélica da ética demanda entender que o objetivo da ética era a felicidade com significado de vida boa que fosse permeada por dignidade, reforçando uma ética que tinha cunho político. Neste sentido, a felicidade estava aliada a melhor governo em que cada um encontrava o que precisava para ser feliz. A autora ainda destaca que um Estado pode ser feliz, sob a ótica aristotélica, quando mantiver virtude e prudência.

A felicidade é, de todas as coisas, a favorita, mesmo não sendo levada em consideração com as outras. Nesta perspectiva, a felicidade é preferível no universo de todas as coisas boas na medida em que constitui acréscimo do bem e parece, conseqüentemente, ser de completude plena e autossuficiente, portanto o fim último de todas ações que são possíveis. Em síntese, é dado à felicidade o sentido de ser o melhor de tudo, o essencial (ARISTÓTELES, I, 7, 1097 b 14-26, 2009, p. 26). No entendimento de Aristóteles, a felicidade está

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

relacionada à unidade vital que não se limita a um período curto de tempo, porém estende-se a toda vida (KONZEN, 2009). Por outro lado, não há felicidade na prática do mal ao passo que é passível de ser feliz quem vive e age bem, podendo dizer que a felicidade é quase um viver e agir bem (ARISTÓTELES, I, 1098 b 21-24, 2009, p. 29). Uma regulação vital da felicidade respaldada em desejos, prazer e poder é incapaz de efetivar a felicidade (KONZEN, 2009) pelo fato desta vislumbrar a excelência humana.

Reiterando a questão da virtude e prudência, para a felicidade do Estado é preciso considerar que a prudência é a única virtude específica para o governante (ARISTÓTELES, III, 1277 b 25-26, 1998, p. 201). A título de esclarecimento, a reta razão exige consciência e discernimento, além de predisposição para a mediana que é moderação e prudência. Esta última que em Aristóteles é qualificada como justo meio que diverge dos extremos (BOTO, 2002). Nota-se, aqui, um meio termo em que não basta agir de forma equilibrada, porém é preciso que seja sempre (ARISTÓTELES, II, 4, 1105 a 30-32, 2008, p. 45). Afirma-se que o mediano é a virtude com vistas a chegar ao equilíbrio, ao considerar que o homem não é pura razão, mas também emoções e desejos. Torna-se necessário o equilíbrio entre emoções e razão rumo ao alcance da virtude, do bem viver que pode ser entendido como uma vida virtuosa. Neste contexto, pessoas que buscam agir em todas as ocasiões da forma mais nobre, excelente possível tendem ser olhadas pelos outros como pessoas virtuosas e ponderadas na prática do bem.

Partindo do pressuposto de que virtude ética requer escolha, deliberação, discernimento (BOTO, 2002) fazer política implica sensatez. Nestes termos, pessoas sensatas têm o poder de deliberarem de modo correto sobre coisas boas e vantajosas para si, não de forma particular, mas ao considerar a vida coletiva a partir de qualidades alusivas ao viver bem do ponto de vista geral (ARISTÓTELES VI, 5, 1140 a 26-30, 2009, p. 133). Adverte-se que nesta concepção sabedoria prática, discernimento é expressão de sensatez e quem delibera é pessoa absolutamente sensata, já que delibera com relação a algo a



que se tem o poder de agir. No que tange ao Estado, percebe-se uma sensatez legisladora que se apóia em princípios fundamentais referentes a ocasiões particulares as quais possuem designação geral de política (ARISTÓTELES, VI, 8, 1141 b 23-28, 2009, p. 137).

A deliberação sempre ligada a um futuro em aberto faz com que o homem exercite a habilidade que, potencialmente, se transmite em ato por meio do discernimento. Na reflexão sobre tal faculdade, Aristóteles utiliza-se de características inerentes aos homens que sabem discernir e que são de maneira geral os capazes de deliberarem sobre o que é bom e conveniente para si mesmos e para os outros do ponto de vista mais amplo (BOTO, 2002). Ressalta-se que, em conformidade com Aristóteles, é no horizonte da ação humana, referente ao imutável, que as pessoas têm a possibilidade de deliberarem (KONZEN, 2009).

O conteúdo da discussão alusivo a ética evidenciou que o ponto chave da desta é o bem comum. Na vida em coletividade no universo grego a concepção aristotélica trouxe à tona a justiça e todas as demais virtudes éticas como assentadas no universal no que se refere ao povo ou a *pólis*. Estas virtudes eram políticas, sociais (VALLS, 1994) levando em consideração o todo (universal) para pensar e explicar as partes (especificidades) e repousavam em ações que deram sustentação a prática contínua de boas ações, portanto sedimentadas em práticas virtuosas (KONZEN, 2009).

Letramento no cenário escolar: interlocuções com o pensamento aristotélico

Discutir sobre a educação escolar, em especial sobre o letramento, em associação com o pensamento grego diz respeito a enfatizar a compreensão como mola propulsora de ações letradas, pensadas e refletidas. Ressalta-se que apesar de os gregos não utilizarem o termo letramento, pode-se fazer aproximações que implicam perceber que de algum modo este podia ser visto nas suas práticas, em argumentações, interpretações e compreensões alusivas



a práticas que culminavam no bem coletivo da cidade, em que se agia a partir do pensar o melhor destino da *pólis*. Esta perspectiva de letramento é concebida como uma prática social que prima pelos contextos do mundo real em que pessoas praticam letramento (PERRY, 2012) que não é única nem predominantemente letramento escolar, mas subsidiado em vivências concretas.

Assim, a educação escolar é responsável por trabalhar racionalmente em dialogicidade com as situações concretas vividas pelo coletivo da escola. Isso porque educar requer discernimento com a efetivação de ações como: raciocinar, julgar, discernir, ponderar, pensar, refletir, saber escrever, ler e entender o mundo, dentre outros, lançando mão de associações e fornecendo informações íntegras que demandam lógica e possam ser duradouras. Neste sentido, ao professor caberia a formação de valores, expressa em crenças, formação de hábitos, perseverança, constância, exercício refletido, exemplos a serem seguidos, ações ponderadas em caminhos não previsíveis (BOTO, 2002).

Tais ações são possíveis em situações de letramento enquanto uma prática social que abrange a compreensão como aspecto central para definir os rumos da educação escolar em prol de um ensino que vise formação alicerçada no bem comum: uma aprendizagem que sedimentada na ética, segundo concepção aristotélica, eleve a cidadania, as virtudes, a justiça, o respeito no que se refere à formação de pessoas melhores, excelentes e íntegras. E ainda, que os alunos entendam a lógica da leitura e escrita para compor diferentes situações de letramento, podendo ser atuantes no meio em que participam de atividades, ao lançarem compreensões sobre o que ouvem e dizem.

Em contrapartida, a formação humana nos últimos anos tem suscitado interrogar a crise da razão que atravessa seu percurso, a começar pelo seu nascimento. Além disso, implica crítica e rigor que fazem parte do trabalho tanto do pensamento quanto da criação (COELHO, 2009a). Nesta linha de raciocínio, é preciso pensar para além do individualismo, de encaminhamentos particulares, da heteronomia, partir da inserção, no caso deste estudo, no pensamento aristotélico no campo da ética, na abrangência da vida coletiva e pessoal



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

governada pela autonomia, liberdade, justiça, felicidade, amizade, dentre outros.

Em termos educacionais, estando a ética para Oliveira (2009, p. 167) enraizada na cultura é promovida a consagração de determinados costumes, práticas e hábitos. Com efeito, a ética permite ter em vista:

a finalidade, *tótèlos*, da existência humana; orienta e redimensiona o caráter, a maneira de ser e a morada do homem; A ética supõe discernimento e moderação, dá ao homem a capacidade de dirigir sua vida à luz da razão, da excelência, *areté*, de princípios, critérios e valores.

Percebe-se que o mundo da cultura é considerado nesta formação, ao envolver a formação cultural, cultivo da humanidade e dignidade das pessoas, “con-vivência” livre, autônoma e respeitosa em diferentes ambientes sociais quando os povos se relacionam no mundo como morada de todos humanos – *éthos* (COELHO, 2009a). Em tal perspectiva, o mundo da cultura está atrelado a reflexões fundamentais a respeito de questões significativas da escola, da educação e da formação. O letramento nesta conjuntura condiz com viver o mundo da escrita e, por conseguinte, da leitura. Ao entender a lógica da língua portuguesa, os alunos são capazes de lerem o mundo a partir de relações estabelecidas conforme sua formação cultural, respaldada em valores, virtudes, ideologia, dentre outros, haja vista que o letramento como fenômeno social abarca questões de ordem sociocultural.

A cultura expressa no entendimento de Chauí (2008, p. 61) é um campo a partir do qual os seres humanos criam símbolos e signos, estabelecem práticas e valores, definem a ideia de lei. Em um dos seus traços principais, ela expressa ser nas palavras da autora “a ação para dar a pensar, dar a ver, dar a refletir, a imaginar e a sentir o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas”. Coelho (2009b) afirma ser a cultura que confere unidade às ações e também às criações do homem. Há para o autor um movimento uno e múltiplo nesta unificação e no reconhecimento das pessoas como humanas e que se constituem na igualdade e fraternidade universal. Assim, as pessoas confirmam sua humanidade, selam a pertença ao mundo do espírito, pensamento,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

imaginação, sensibilidade, em uma palavra, dos seres autônomos e livres, sem fazer ruptura dos vínculos que mantêm estes seres unidos ao mundo animal, vegetal e mineral

Diante disso, o letramento por corresponder a situações em que a leitura escrita tem papel social em diferentes contextos (STREET, 2012) implica que as pessoas valham de compreensões e interpretações, a partir de interlocuções estabelecidas com o universo sociocultural a que estão inseridas. Façam leituras que não se limitem a codificação e decodificação, ao empregarem leituras de mundo, conhecimentos extra-escolares que são levados para o universo das escolas, ao analisarem situações distintas a partir de pontos de vista, justificativas e argumentos. Educar conforme endossa Coelho (2009a), especialmente formar, é viabilizar um trabalho que envolve movimento de criação da autonomia, liberdade, humanidade, sociedade, instituição, dos indivíduos e grupos autônomos, justos e livres. Para o autor, nesta formação, torna-se importante pensar ideias, valores, hábitos, costumes, teoria, prática, ação humana, sobremaneira na esfera pública, coletiva ao encontro do bem comum. A humanização na visão do autor é percebida quando é oportunizado às pessoas auxílio no sentido de confirmarem sua humanidade, sabendo ler, desenvolver trabalhos intelectuais, questionar, pôr em questão ideias, conceitos, argumentos, juízos, teoria, o que é lido, prática, experiência, que é responsável por inserir os estudantes rigorosa e criticamente no campo do pensamento, sensibilidade, criação, imaginação em constante invenção do mundo dos homens e das coisas.

Frente a este quadro, o letramento em se tratando de uma prática social (PERRY, 2012) está relacionado ao que as pessoas fazem com as habilidades e os conhecimentos acerca da leitura e escrita em determinado contexto, tendo em vista que tais habilidades não podem ser dissociadas de seus usos. Assim sendo, o processo de ensino-aprendizagem está associado a processos socioculturais amplos e significativos quanto à formação humana e inserção dos indivíduos no mundo da cultura, com a possibilidade de atingir a



humanização da sociedade e também do homem (COELHO, 2009a).

Para tanto, o letramento deve abranger os usos sociais que as pessoas fazem da escrita, sem restringir ao aprendizado formal desta modalidade da língua, ao considerar a vida diária e as atividades em que os indivíduos se envolvem. Assim concebido, letrar na escola significa exercitar a reflexão, o pensamento crítico, posicionamentos, ações voltadas para uma convivência coletiva de pessoas a favor de compreender variadas situações em que o conhecimento tenha sentido e funcionalidade para os alunos atuarem em sociedade, tendo como respaldo os “ensinamentos” presenciados no contexto escolar. Segundo esta ótica social do letramento Euzébio e Cerutti-Rizzatti (2013) respaldam nos estudos de Barton (1994) para escreverem que as pessoas se valem de diversificados tipos de letramento, referentes aos usos que fazem da escrita, que por sua vez estão ligados aos diversos domínios da vida.

Fazendo uma retrospectiva histórica, a educação grega que acontecia ao longo da vida das pessoas e era permanente para o cidadão viver a vida coletiva na *pólis* corresponde a *paideía* que fornece subsídios para o entendimento dos processos formativos na educação escolar. Esta educação grega sob um ângulo mais geral tem a finalidade de manter comedimento no que concerne a vida coletiva. Assim, por exemplo, a prepotência, ganância, injustiça, dentre outros punha em risco a vida na *pólis*, em virtude disso instaura-se a necessidade da *paideía* entrar em ação e a importância da educação na busca de uma vida excelente sempre. Ressalta-se que a educação é uma das coisas mais necessárias na vida dos gregos, na perspectiva de preservar a vida coletiva em razão de, em algum caso, reequilibrar a *pólis*. Frente a estas considerações a *paideía* busca enobrecer todos os homens, ao educar-lhes o comportamento e o espírito em função do aprendizado da convivência e das boas maneiras (MATOS, 2008).

Destaca-se que, de acordo com Coelho (2009a, p. 25), os gregos “valorizavam a educação como *paideía*, cultura, ideal de excelência, trabalho de purificação e elevação da alma à mais alta perfeição”. Nestes termos, a *paideía*



está relacionada ao ser do homem, acrescentando ao indivíduo de dentro para fora, além de ser vista como exercício e cultivo do comedimento, temperança, equilíbrio e prudência.

A educação ancorada na ética, segundo Boto (2002) abarca atitudes e se refere a uma formação do gosto e da sensibilidade em relação a certas atitudes como criação e aquisição de um *éthos* (morada) na perspectiva de caráter e de uma série de hábitos. Além disso, a autora discorre que com este objetivo, a educação tende formar a razão autônoma, ao possibilitar que se delibere, argumente e justifique pontos de vista. É notada uma educação de atitudes e educação na autonomia. Nas palavras de Guimarães (2009), a efetiva formação é na concepção aristotélica subordinada ao mundo sensível, haja vista que a possibilidade do conhecimento está neste mundo em que tem por natureza conhecer e a busca de meios possíveis para tal. Tem-se, aqui, um fazer aristotélico que pressupõe formação ética. A ação educativa em Aristóteles, nestes termos, está relacionada à imitação/representação do bom, do belo, do bem que elucida a tríade necessária para se pensar a formação da virtude no exercício educativo. Em tal processo, são levados em consideração os hábitos, justo meio, a prudência do discernimento, com sustentação na equidade das práticas, criações de rotinas, rituais coletivos, públicos e governados para o bem comum, a felicidade na condição de amizade (BOTO, 2002).

Em uma aproximação disso com o letramento, torna-se pertinente mencionar sobre eventos e práticas de letramento que compõem o ato de letrar. Os primeiros são observáveis e passíveis de se fotografar (STREET, 2012) e são construídos por interpretações das interações (HEATH, 1982) que são ampliadas por aspectos socioculturais, momento em que entram em ação as práticas de letramento, encaixadas em determinados contextos culturais (OLIVEIRA, 2010), sendo passíveis de expressões abstratas (FERREIRA, 2009), subjetivas que não são visíveis nos eventos (STREET, 2012), valores não materiais, compreensões, sentimentos e ideologias (HAMILTON, 2000). As situações que englobam a ética no campo das práticas de letramento podem ligar-se a valores, virtudes,

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

costumes, hábitos, dentre outros elementos assentados em expressões subjetivas em termos de ações e que possivelmente denotam caráter, excelência, vida virtuosa, dentre outros.

O letramento assim pensado como uma prática social é dimensionado pelo contexto específico em que as pessoas vivem onde interpretações de cunho sociocultural compõem as compreensões das pessoas perante a diferentes situações de letramento em práticas sustentadas na reflexão, argumentação, discernimento, ponderação que sendo subjetivas, são elementos que podem viabilizar a aquisição de virtudes atreladas ao bem comum. A título de exemplo, em um evento de letramento, aula, quando é oportunizado aos alunos espaços para que possam expor seus pensamentos e conhecimentos de mundo mediante interação conjunta aluno-aluno, aluno-professor há possibilidade de se observar costumes, valores, virtudes, sentimentos e vários outros no conteúdo de argumentações acerca de um determinado assunto trabalhado. Nesta observação entram em ação subjetividades assentadas em relações intersubjetivas que tem realce no plano das ações, geralmente sensíveis. Cabe-se no processo de formação dos alunos incluir elementos éticos nas temáticas em defesa do bem coletivo, convergente com crescimento, excelência constante e diária dos sujeitos em formação. Assim, é ressaltada a existência de valores sociais que são expressão de virtudes específicas prováveis de serem reputadas na condição de aspectos desejáveis em diferentes sociedades (BOTO, 2002).

Referências

- ARISTÓTELES. **Política**. Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.
_____. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARROS, G. N. M. Polis, Política e Cidadania. **V Encontro de Pesquisadores em Filosofia Brasileira**. Cadernos de História & Filosofia da Educação, São Paulo: Humanistas, vol. II, nº 4, 1998, p. 63-73. Disponível em <http://www.paideuma.net/polipoliticaecidadania.doc>. Acesso em 15/03/2014
- BOTO, C. A ética de Aristóteles e a educação. **Trabalho apresentado na I Semana de Estudos Clássicos e Educação**, FEUSP, abril 2002. Disponível em <http://www.hottopos.com/videtur16/carlota.htm>. Acesso em 20/03/2014
- CHAUI, M. Cultura e democracia. Em: *Crítica y emancipación*: **Revista**



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

- latinoamericana de Ciências Sociais**. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em <http://biblioteca virtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em 15/03/2014
- COELHO, I. M. Filosofia, educação, cultura e formação: uma introdução. In.: COELHO, I. M. (org.) **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009a.
- COELHO, I. M. Cultura, educação e escola. In.: COELHO, I. M. (org.) **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009b.
- EUZÉBIO, M. D.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E. Usos sociais da escrita: um estudo sobre práticas e eventos de letramento na vivência de professoras alfabetizadoras. **Linguagem em (Dis) curso**. Tubarão, SC, V.13, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2013. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index/php/Linguagem.../1149>. Acesso em 22/07/2013
- FERNANDES, C. A.; JUNIOR, R. O. F. **A história da filosofia antiga e a formação do pensamento ocidental**. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza – Universidade Federal de Juiz de Fora, s.d. Disponível em <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/HFAEPO.pdf>. Acesso em 15/03/2014
- FERREIRA, J. L. Enem e letramento escolar: práticas letradas na fundamentação teórico-metodológica e na proposta de redação da prova 2009. **Revista ao Pé da Letra**, volume 11.2, 2009. Disponível em <http://www.revistaaopedaletra/volumes12-1/Vol-12-1-Jardiente-Leandro-Ferreirapdf>. Acesso em 11/06/2013
- GUIMARÃES, G. Os sentidos da formação para os gregos. In.: COELHO, I. M. (org.) **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.
- HAMILTON, M. Expanding the new literacy studies: using photographs to explore literacy as social practice. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (org.) **Situated literacies**. London: Routledge, 2000.
- HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Lung. Soc.** II 49-76. Printed in the States of América, Cambridge University, Press, 1982.
- KONZEN, J. O. Hábito e formação do homem virtuoso na *Ética a Nicômacos*. In.: COELHO, I. M. (org.) **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.
- MATOS, O. C. F. Ethos e amizade: a morada do homem. **Ide psicanálise e cultura**. São Paulo, 2008, 31 (46) 75 – 79. Disponível em <http://www.pepsic.bvsalud.org./pdf/ide/v31n46/v31n46a13.pdf>. Acesso em 15/03/2014
- OLIVEIRA, M. S. Gêneros textuais e letramento. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 325-345, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n2/03.pdf>. Acesso em 18/09/2013.
- OLIVEIRA, J. S. *Ética, cultura, educação e escola hoje*. In.: COELHO, I. M. (org.)



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.

PERRY, K. H. What is literacy? – A critical overview of sociocultural perspectives. **Journal of Language and literacy education**, 8 (1), 50-71, 2012. Disponível em <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1008156.pdf>. Acesso em 10/01/2014

ROCHA, Z. O amigo, um outro si mesmo: a Philia na metafísica de Platão e na ética de Aristóteles. **Psychê** – Ano X – nº 17 – São Paulo – Jan-jun/2006 – p. 65-86.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v10n17/v10n17a05.pdf>. Acesso em 20/03/2014.

STREET, B. V. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos novos estudos do letramento. IN: MAGALHÃES, I. (org.). **Discursos de práticas de letramento:** pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

VALLS, A. L. M. **O que é ética.** Coleção Primeiros Passos Nº 177. Editora Brasiliense, 1994. Disponível em <http://www.fara.edu.br/site/serviços/downloads/colecao/etica.pdf>. Acesso em 15/03/2014

VERNANT, J. P. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro, Difel, 2002.